

1           **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2           **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3           **(GD6), REALIZADA NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2021 POR**  
4           **VIDEOCONFERÊNCIA**

5           Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e  
6           trinta minutos, deu-se início a 1ª Reunião Ordinária do ano de 2021 do Comitê da Bacia  
7           Hidrográfica do dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-pardo  
8           GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma Jitsi Meet, para discussão  
9           dos seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê,  
10           execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de  
11           ausência; **Item II** - Aprovação das Atas das reuniões dos dias 12/11/2020 e 04/12/2020;  
12           **Item III** - Considerações acerca do acompanhamento do caso das denúncias de  
13           contaminação no corpo hídrico no município de Santa Rita de Caldas e da denúncia ao  
14           entorno da INB; **Item IV** - Questionamento sobre quais as análises de agrotóxicos são  
15           feitas na área de atuação deste Comitê de bacias Mogi-Pardo; **Item V** - Proposta de  
16           Deliberação Normativa sobre o rebaixamento de lençol freático para construção civil  
17           **Item VI** - Discussão sobre o Plano de Ação do Plano Diretor de Recursos Hídricos;  
18           **Item VII** - Assuntos Gerais e **Item VIII** - Encerramento. **Membros presentes:** Na  
19           reunião estiveram presentes 34 (trinta e quatro) membros, representando 29 (vinte e  
20           nove) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: **Presidente Rogério**  
21           **Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -**  
22           **ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio**  
23           **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD), Secretária Adjunta Rafaela**  
24           **Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e João Luiz Magalhães**  
25           **Teixeira (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais -**  
26           **CREAMG); e os seguintes Conselheiros: Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do**  
27           **Estado de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto**  
28           **Mineiro de Gestão das Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de**  
29           **Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER),**  
30           **Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), Renato Pan**  
31           **(Instituto Estadual de Florestas - IEF), Antônio Carlos Ferreira de Carvalho**  
32           **(Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), Claudio Junior Araújo (Prefeitura**  
33           **Municipal de Andradas), Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de**  
34           **Andradas), Priscila Magne Bueno (Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas),**  
35           **Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Giovanna**  
36           **Ferreira Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas), Antônio Carlos Alvisi**  
37           **(Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Sérgio Luiz Resende (Companhia de**  
38           **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio**  
39           **S/A), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e Cerâmica Andradense S.A. – ICASA),**  
40           **Fábio Augusto Zincone (DME Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas**

41 **(Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Marcos Vinicius**  
42 **Rocha Miranda (Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas -**  
43 **DMAE), Josimar dos Reis Marques (Departamento Municipal de Água e Esgoto de**  
44 **Poços de Caldas - DMAE), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos**  
45 **Mineradores do Planalto de Poços de Caldas - ASMIPC), Antônio Carlos Sales**  
46 **(Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas - ASSEA),**  
47 **José Edilberto da Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly**  
48 **Ribeiro de Andrade Almeida Di Tommazi (Agência Regional de Proteção**  
49 **Ambiental da Bacia do Rio Grande - ARPA Rio Grande), Irineia Ardissom da**  
50 **Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira**  
51 **de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus**  
52 **Poços de Caldas), Ana Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura -**  
53 **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de**  
54 **Caldas), Cláudio Antônio de Andrade Lima (Universidade Federal de Alfenas -**  
55 **UNIFAL-MG), Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de**  
56 **Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo**  
57 **(Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus afluentes - NARP), Claudiomir Silva**  
58 **Santos (Instituto Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho). E o convidado:**  
59 **Luiz Antônio da Silva (Representante da DLT Indústria e Comércio de Produtos**  
60 **Alimentícios Ltda. ME de Santa Rita de Caldas). Item I - A reunião foi aberta pelo**  
61 **Presidente Rogério Araújo Dias, o qual agradeceu a presença de todos e desejou uma**  
62 **boa reunião. Na sequência, o Presidente solicitou a execução do Hino Nacional.**  
63 **Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de ausências.**  
64 **Passou-se então para o Item II - Aprovação das Atas das reuniões dos dias**  
65 **12/11/2020 e 04/12/2020:** após as devidas correções, as atas da 3ª Reunião  
66 Extraordinária do CBH GD6 (12/11/2020) e da 4ª Reunião Extraordinária do CBH GD6  
67 (04/12/2020) foram aprovadas. Em seguida, iniciou-se a discussão sobre o **Item III -**  
68 **Considerações acerca do acompanhamento do caso das denúncias de**  
69 **contaminação no corpo hídrico no município de Santa Rita de Caldas e da**  
70 **denúncia ao entorno da INB:** O Presidente Rogério passou a palavra à conselheira  
71 Laene que disse que, como representante das indústrias e, diante das denúncias,  
72 buscou os empresários que foram denunciados na questão de Santa Rita de Caldas,  
73 para auxiliá-los, pois o papel da FIEMG é instruir e ajudar. Portanto, ela convidou os  
74 representantes da DLT Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. ME  
75 (Batatas Minas Fritas) e também o representante da Indústria de Laticínios, estando  
76 presente apenas o Sr. Luiz Antônio. Contudo, como os conselheiros Alvisi e Maria  
77 Teresa já tinham dito que não poderiam ficar até o fim da reunião, devido à outros  
78 compromissos, com a concordância da maioria dos conselheiros, as pautas foram  
79 invertidas, passando-se então para o **Item V. Proposta de Deliberação Normativa**  
80 **sobre o rebaixamento de lençol freático para construção civil:** O conselheiro Alvisi

81 iniciou pedindo vistas ao processo por não estar devidamente municiado de todos os  
82 dados que gostaria para participar do debate, tendo em vista o período de mudança do  
83 governo. Disse também que precisa ter um parecer melhor das equipes envolvidas  
84 para evitar entrar em conflito com a Legislação Municipal e que se preocupa com essa  
85 limitação de prazo para as outorgas com relação ao rebaixamento, garagens  
86 subterrâneas, etc. Pediu que este debate fosse levado para uma próxima reunião para  
87 que ele consiga trazer mais dados para enriquecer o mesmo. Parabenizou a iniciativa  
88 do Comitê de se preocupar com a proteção das águas termais de Poços de Caldas e  
89 disse que todos deveriam colaborar no sentido de ter uma legislação e a atuação do  
90 Comitê no mesmo sentido, para harmonizar os trabalhos a fim de evitar possíveis  
91 futuros conflitos. A conselheira Ângela pediu a palavra e respondeu ao conselheiro  
92 Alvisi que se solidariza com a posição dele pois, nas duas atas que foram aprovadas,  
93 ela fez questão de deixar bem claro que ela fez uma “minuta” de proposta e pediu à  
94 presidência e à diretoria nas duas reuniões que avaliasse a possibilidade dessa DN  
95 passar pelas Câmaras Técnicas (CTs) e que, somente depois das análises das  
96 mesmas, o assunto fosse levado à Plenária. Sendo assim, disse que ficou surpresa,  
97 assim como ele, que esta proposta estivesse sendo levada à Plenária, porque sempre  
98 as ações foram levadas por este caminho: a diretoria avalia se há uma possibilidade,  
99 uma pertinência e neste caso, as câmaras técnicas fazem a sua avaliação e depois a  
100 Plenária faz a sua avaliação final, se há necessidade de novos pedidos de vistas. Ela,  
101 como autora da proposta, frisou que a mesma é apenas uma minuta, passível de  
102 afinamentos com a política do município em especial, porque fala de toda a bacia, mas  
103 tem uma coincidência com as fontes termais e sulfurosas que existem na bacia. O  
104 Presidente Rogério respondeu que concorda, que enviou às CTs, mas não recebeu  
105 nenhum retorno sobre este assunto. Perguntou novamente se todos receberam e leram  
106 e ninguém se manifestou. Então ele propôs instituir um Grupo de Trabalho (GT) para  
107 este fim e colocou esta questão para que todos se manifestassem, se formariam este  
108 grupo ou se continuariam com as CTs trabalhando nesta proposta e pediu o auxílio da  
109 Plenária para discutir este assunto. A conselheira Laene pediu a palavra e disse que  
110 além da CT e do posicionamento do município, conforme a fala do conselheiro Alvisi,  
111 ela gostaria também de um parecer jurídico do IGAM, um posicionamento do Estado  
112 sobre este tema e pediu para o conselheiro Eduardo solicitar ao jurídico do IGAM para  
113 auxiliar, por ser uma deliberação normativa. O conselheiro Eduardo respondeu que, a  
114 respeito desta DN, a mesma foi enviada ao IGAM no final do ano passado pela  
115 diretoria, mas não chegou a ser analisada porque o Presidente Rogério disse que  
116 enviaria primeiro às CTs para ser feita a revisão. Disse que insistiu ao Comitê para  
117 tratar deste assunto porque estavam criando problemas nas análises das outorgas por  
118 não ter a fundamentação e a devida normatização para fazer. Lembrou que o Comitê  
119 tem uma secretaria executiva, mas que o IGAM é a agência de bacias de todos os  
120 Comitês que não tem agência de bacia contratada pela cobrança e, neste caso, é o

121 IGAM o órgão competente para fazer a análise final de deliberações, principalmente  
122 que vertem sobre assuntos associados à instrumentos de gestão de recursos hídricos,  
123 que neste caso são dois: o enquadramento de corpos de água e a outorga de corpos  
124 de água, porque as restrições são diretamente associadas à estes instrumentos. Então  
125 isto passa pela procuradoria do IGAM que tem que aprovar juridicamente a DN e  
126 também pela diretoria de planejamento que é quem trata de outorga, enquadramentos  
127 e dos demais instrumentos de gestão. Explicou que o processo é: a Plenária demanda,  
128 a CT avalia, analisa e responde se a demanda conta; que a CT tem o papel de dar  
129 consulta à Plenária, ou seja, de responder às questões técnicas que a Plenária precisa  
130 e que neste caso, foi encaminhada uma demanda para a CT e ela devolveu a minuta,  
131 mas estas minutas normalmente passam pelo IGAM. Portanto, poderia ser  
132 encaminhada diretamente ao IGAM, dizendo que a Plenária quer fazer uma  
133 deliberação sobre o enquadramento de corpos de água, sobre restrição de uso,  
134 solicitar os estudos e depois discutir e a CT apresentar para a Plenária. Desta forma,  
135 tem-se os ritos todos cumpridos e passa-se por todas as questões técnicas e jurídicas  
136 que podem criar percalços de trazer para a Plenária, para não correr o risco de chegar  
137 e acontecer como o conselheiro Alvisi colocou, que o município e os usuários e a  
138 sociedade civil tem demandas e que tem que ouvir todos os atores para fazer alguma  
139 restrição de uso. Disse que é uma questão importante para todos, mas é uma questão  
140 sobretudo ligada ao enquadramento e isto tem que ser feito com toda a regularidade. O  
141 Presidente Rogério disse que entende que não tem uma minuta ainda, tem apenas  
142 uma proposta da conselheira Ângela. E reforçou dizendo que a proposta dele é para  
143 que o grupo trabalhe na confecção desta minuta para encaminhar ao IGAM.  
144 Logicamente que o IGAM também faz parte das considerações do Comitê e propôs  
145 tratar disto na reunião, decidir se convoca uma reunião extraordinária, se monta um  
146 grupo de trabalho e perguntou quem se candidataria a abraçar esta proposta e trazer  
147 suas contribuições. O conselheiro Eduardo interveio falando sobre a colocação da  
148 pauta, que quando se coloca um item como foi colocado no item 5, “proposta de  
149 deliberação”, em cada subitem deve-se colocar um verbo que defina o que vai ser  
150 tratado, como por exemplo, neste caso, poderia ter sido colocado “apresentação da  
151 proposta de deliberação”. Ainda sobre a organização do Comitê, se todos concordarem  
152 na Plenária com esta colocação, é só fazer um encaminhamento pela Plenária para a  
153 CT fazer a primeira leitura e verificar se cabe um grupo de trabalho ou não neste  
154 momento ou se ela própria pode redefinir pra devolver à Plenária para depois  
155 encaminhar ao IGAM. O Presidente Rogério questionou se poderia abrir uma votação  
156 para fazer a instituição deste grupo de grupo de trabalho, se teria que passar pela  
157 câmara primeiro. O conselheiro Eduardo interveio dizendo que pode fazer sim, que a  
158 questão é só saber se há a necessidade, que gostaria de ouvir a conselheira Ângela  
159 sobre isto. O conselheiro João Luiz pediu a palavra e propôs olhar com a Raíssa  
160 (CREA) que preside a CTIG, sobre uma minuta de DN que define os critérios para a

161 regularização do uso de águas subterrâneas nas unidades de planejamento e gestão  
162 de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, por coincidência. Que esta minuta  
163 também não fala nada de rebaixamento de lençol freático, e, conversando com a  
164 Raissa sobre isto, ele acha que o caminho ideal seria a CTIG fazer esta DN porque ela  
165 é feita pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e que não é só Poços de Caldas  
166 que tem águas sulfurosas e termais, tem também outras cidades como São Lourenço,  
167 Lambari, Caxambu, onde a preocupação é a mesma de Poços de Caldas. Então ele  
168 acha que o caminho seria provocar a CTIG para que ela emita uma DN nova. A  
169 conselheira Maria Teresa pediu para se manifestar e respondeu ao conselheiro João  
170 Luiz que, como ele não participou das reuniões, nas últimas outorgas, por orientação  
171 do próprio conselheiro Eduardo, deveria-se elaborar DN's para "poder nos proteger e  
172 nos ajudar nas decisões das outorgas" e disse que foi por este motivo que esta minuta  
173 foi feita. Então, na opinião dela, deveria-se enviar direto para análise do estado e falar  
174 desta demanda do Comitê, porque no entendimento dela, estas deliberações poderiam  
175 ser elaboradas para casos particulares, para proteger as águas, no caso sulfurosas, e  
176 destacando Poços de Caldas. Então, ela concorda que deve passar direto para o  
177 jurídico de BH e fazer uma sugestão para incluir todas estas questões de águas  
178 sulfurosas e rebaixamento do lençol das cidades que possuem problema com água  
179 subterrânea. Reforçou que estamos precisando de uma DN que proteja as águas  
180 subterrâneas principalmente sulfurosas, termais e as minerais, constando inclusive as  
181 pessoas que exploram as águas minerais e as pessoas que querem manter estas  
182 águas de boa qualidade, e que é este o papel do Comitê. O conselheiro Eduardo  
183 respondeu à conselheira Maria Tereza e ao conselheiro João Luiz que existem sim  
184 outras DN's de águas subterrâneas, inclusive de monitoramento de qualidade de água  
185 subterrânea e de quantidade de outorga, que normalmente são elaboradas pelo IGAM  
186 da mesma forma que relatou aqui, tecnicamente e juridicamente e que vão ao conselho  
187 estadual para análise, às vezes por demanda do conselho, às vezes até por  
188 caracterização técnica que o IGAM leva à Plenária do CRH. Neste caso, como a  
189 conselheira Ângela bem lembrou, trata-se de um aspecto relativamente particular, que  
190 é um problema que se avistou a partir da questão do Plano Diretor de um tratamento  
191 especial para uma certa área, para um polígono das águas termais, onde vem  
192 ocorrendo rebaixamento do lençol freático para a edificação de garagens subterrâneas.  
193 Então, na verdade, seria um caso bem específico onde precisariam pensar se isto vai  
194 cair em uma DN ou no CRH, mas de qualquer forma a conselheira Maria Tereza  
195 relatou muito bem quando disse que esta é uma questão que pode ser levada como um  
196 ponto a mais pro CRH e que o IGAM pode observar e se retratar sobre isto, orientando  
197 qual é o processo técnico-jurídico mais adequado pra este tipo de questão, lembrando  
198 que esta é uma questão pontual que está associada à macro questão das águas  
199 subterrâneas como o conselheiro João Luiz lembrou muito bem. A conselheira Ângela  
200 tomou a palavra e esclareceu que esta proposta nasceu na última discussão da

201 Câmara Técnica, no pedido de outorga de 440.000 litros de água sendo bombeados  
202 por dia do lençol freático (a 192m da fonte dos macacos) e retornando ao ribeirão  
203 central em Poços de Caldas. Então é preciso dar prioridade a esta questão deliberativa,  
204 pois não se teriam subsídios pra dizer não à esta outorga. Resumindo: O que se trata  
205 na deliberação é o quanto se dispõe de água subterrânea no entorno das fontes sem  
206 que elas sejam impactadas negativamente e irreversivelmente, da prioridade de uso,  
207 que seria o que o município já tem de uso das águas termais para banhos, para  
208 turismo, a preservação de um uso que se torna prioritário na bacia em detrimento a  
209 outros usos como rebaixamento permanente nas proximidades da fonte para  
210 construções. E prosseguiu dizendo que esta deliberação, como o conselheiro Eduardo  
211 bem colocou, tange vários aspectos muito particulares de entorno de fontes. E que se  
212 fossemos levar realmente a sério o trabalho feito e pago pela Prefeitura e pelo DNPM,  
213 todo o município de Poços de Caldas não poderia rebaixar e nem retirar água  
214 subterrânea. Por isto fez questão de citar o trabalho do Pedro, do DNPM, de proteção  
215 de fontes, seria todo o entorno e não os meros 500 metros e que, se houver trabalho  
216 de proteção, será adotada a proteção do trabalho técnico. Sendo assim, ela concorda  
217 que o tema vá para o IGAM, até mesmo para dizer que existe problemática e conflito  
218 de uso. E prosseguiu dizendo que é a primeira vez em vinte anos que alguém ousa  
219 dizer que o IGAM é o nosso órgão gestor e que estas questões serão levantadas e  
220 analisadas, tendo-se um instrumento de outorga e a prioridade de uso como ponto  
221 central. O conselheiro Juvenal pediu a palavra e disse que, como coordenador da  
222 Câmara de Outorga, ele percebeu que este hiato que ocorreu na pauta da reunião a  
223 respeito da proposta da conselheira Ângela se deu devido a uma questão de final de  
224 ano, de mudança de composição, etc. e que o que ele queria na verdade é que o IGAM  
225 opinasse sem prejuízo das discussões, para as coisas ocorrerem concomitantemente.  
226 Na opinião dele deve-se discutir aqui primeiro, através de um GT, somando com as  
227 discussões da CT de Meio Ambiente e da CT de Outorga para somente depois enviar  
228 para o IGAM para que o mesmo dê o parecer final sobre a questão jurídica e de  
229 redação formal. A conselheira Laene interveio dizendo que tem vários atores que  
230 querem contribuir e nem todos estão na CT, inclusive na FIEMG estão analisando  
231 também e que precisam de um pouco mais de tempo para encaminhar informações.  
232 Lembrou também que o conselheiro Alvisi vai fazer o posicionamento da Prefeitura,  
233 então ela concordou que a CT de Outorga ou outras, poderiam receber estas  
234 sugestões, elaborar esta estrutura, discutir esta minuta feita pela conselheira Ângela e  
235 só depois enviar para o IGAM com o posicionamento e contribuições de cada um, com  
236 o escopo feito pela CT, para que dê andamento dentro do órgão ambiental, caso  
237 contrário isto poderia demorar muito. O conselheiro João Luiz pediu a palavra,  
238 concordou com a conselheira Laene e disse novamente que vai perguntar para a  
239 Raíssa, presidente da CTIG, se já existe alguma DN em gestação que fale sobre o  
240 rebaixamento de lençol freático, para ganhar tempo, pois ele se lembra deste assunto

241 há 10 anos atrás, quando ele era coordenador da CT de Outorga, onde aprovaram o  
242 rebaixamento do lençol freático para dois edifícios de Poços de Caldas. Lembrou que  
243 este assunto é recorrente e até hoje não tem uma normativa pronta. Disse que abe que  
244 a preocupação da conselheira Ângela é real, mas tem que ter uma decisão do IGAM,  
245 para ter uma segurança jurídica, antes de votar sobre isto. O Presidente Rogério  
246 concordou com as colocações e perguntou novamente se criaria o GT ou se aguardaria  
247 as CTs, e para isto deveria-se definir uma data de reunião da CT sobre este assunto,  
248 seja de todas as câmaras ou da CT de Outorga, para efetivar realmente o passo  
249 seguinte, mas que precisaria da aprovação da conselheira Ângela. A conselheira  
250 Ângela respondeu que gostaria que desvinculasse a proposta dela ao nome dela ou ao  
251 CREA. Deixou claro que foi uma proposta de uma representante do CREA mas  
252 também uma contribuição particular de uma cidadã aqui da bacia, mesmo porque ela é  
253 só uma suplente e que não ela não fez nenhuma consulta oficial ao CREA para saber  
254 se isto realmente era uma proposta viável pela Instituição. O Presidente Rogério  
255 retomou a palavra e questionou novamente sobre a criação do GT e a conselheira  
256 Laene respondeu que é a favor. O conselheiro Eduardo voltou a falar que existe uma  
257 demanda de interesse local e que poderia versar sobre ela no ambiente do Comitê sim.  
258 Mas lembrou que a respeito desta proposta da conselheira Ângela, como ela mesma  
259 falou, não é uma demanda do CREA e sim uma contribuição de uma pessoa que  
260 conhece muito bem a bacia, que conhece o problema e também insistiu em lembrar  
261 que quem faz estes estudos para o Comitê normalmente é o IGAM como gestor,  
262 agência de bacias de todos os Comitês que não tem agência, porque conta com 150  
263 pessoas trabalhando em um estado do tamanho de Minas Gerais. Frisou que a menor  
264 agência de bacias que ele conhece em Minas tem 60 pessoas trabalhando só na bacia  
265 e que o IGAM tem a qualificação executiva que o Comitê normalmente não tem, ou  
266 seja, tem pessoal para administração, tem pessoal para corpo técnico e que aqui,  
267 temos o privilégio de ter a conselheira Ângela como profissional da área de água  
268 subterrânea, que é uma geóloga que conhece muito bem o assunto e que ajuda nestas  
269 empreitadas. Mas em geral esta demanda vai ao IGAM, para que ele faça um estudo e  
270 apresente uma proposta para o Comitê como ele faz com o CRH, que o conselheiro  
271 João Luiz lembrou muito bem, pois o IGAM é a secretaria executiva do CRH. Mas o  
272 que se tem neste momento é um trabalho técnico da conselheira Ângela que já tem a  
273 predisposição da FIEMG para acrescentar alguma coisa, do conselheiro Alvisi pela  
274 Prefeitura, então talvez possa se discutir melhor a intenção do Comitê, antes de  
275 encaminhar ao IGAM. A questão se vai criar um GT ou não, se reduz a mesma questão  
276 o tempo todo: qualificação. E ressaltou ainda que se for um assunto que demanda  
277 outros atores com qualificação sobre isto, o ideal é formar um GT, pois nele você pode  
278 inclusive convidar gente de fora da bacia, professores, pessoal do CREA e chamar os  
279 atores e as representações e talvez fazer outras referências, acrescentar alguma coisa  
280 que eventualmente a conselheira Ângela não tenha colocado, apesar dela estar muito

281 ciente do problema. Disse também que a DN tem que ter um alinhamento com o plano  
282 da bacia com as diretrizes de gestão de água subterrânea, que tem que ser feita uma  
283 revisão dos planos de bacia, inclusive todos os Comitês estão colocando o plano de  
284 bacia na pauta porque muita gente sequer conhece o plano de bacia e precisa ver se  
285 ele tratou bem esta situação, o que está bem relatado na minuta da conselheira  
286 Ângela. Até porque talvez surjam disto duas propostas para o IGAM: de revisar este  
287 item no plano e também o de propor uma minuta de enquadramento mais adequada.  
288 Porque a restrição de uso é uma forma de enquadrar e que este é o assunto mais  
289 polêmico que se tem hoje na gestão de recursos hídricos. Explicou que o correto seria  
290 o Comitê deliberar e a CT dar a consulta e que só pode criar um GT se ela devolver  
291 isto para a Plenária e a Plenária decidir se vai criar. Quem cria o GT é a Plenária que  
292 tem vontade de decisão. A CT é só consultiva, só responde as demandas que a  
293 Plenária pede. O Presidente Rogério interveio dizendo que a Plenária teria que  
294 concordar com a criação do GT e o conselheiro Eduardo complementou que talvez o  
295 ideal seria fazer a proposta de criar um GT e tratar da ocupação, do preenchimento  
296 deste grupo, ad referendum, da forma que a Plenária entendesse que seria melhor. A  
297 conselheira Laene sugeriu criar o GT e colocar as entidades CREA, FIEMG, etc.  
298 Sendo assim, as entidades fariam o encaminhamento dos representantes que  
299 escolhessem, dentro de um prazo estipulado. A palavra foi passada ao conselheiro  
300 José Edilberto que fez uma breve recapitulação dizendo que este assunto não é  
301 novidade pra ninguém e que ficou surpreso quando o conselheiro Alvisi pediu vistas  
302 porque isto não foi discutido agora e que basta analisar pelas atas anteriores.  
303 Concordou com o conselheiro João Luiz que disse que há 10 anos vem discutindo a  
304 mesma coisa. Disse que rebaixamento é rebaixamento em qualquer cidade. E que tem  
305 uma peculiaridade que é a água mineral que tem que ser tratada. Reputou que deve  
306 ser mantido o parecer do IGAM pois uma vez sendo direcionado o que precisa discutir  
307 e ajustar sobre Poços de Caldas, produziria uma proposta de DN já com  
308 direcionamento vindo do IGAM. E reforçou o que deve ser definido, a revisão do plano  
309 de bacias, do Plano Diretor e já aproveitar o momento e definir esta DN sobre esta  
310 ocupação e rebaixamento aqui em Poços de Caldas. O Presidente Rogério então pediu  
311 para abrir a planilha de frequência e verificar com a Plenária se criaria ou não o GT. O  
312 conselheiro José Edilberto voltou a falar que é melhor deixar o IGAM, que já tem uma  
313 estrutura pronta, fazer este direcionamento e vir com o trabalho bem adiantado. O  
314 Presidente Rogério questionou se o IGAM não poderia fazer parte do GT, ao que o  
315 conselheiro José Edilberto respondeu que fazer o GT é diferente de já vir com o  
316 direcionamento e que, como a essência da proposta é a de rebaixamento, preservação,  
317 recurso hídrico e gestão de conflito, isto deve ser tratado no Comitê para que seja  
318 otimizado o tempo de todos e ressaltou ainda que isto será discutido na CTIG e só  
319 depois a Plenária decidiria se precisa de um GT ou só a CT já enviaria o trabalho  
320 pronto. O Presidente Rogério então propôs fazer as duas coisas: criar o GT e pedir o

321 parecer do IGAM. Eduardo interveio e fez um contraditório à fala do conselheiro João  
322 Luiz, pois disse que tem duas manifestações dentro do plenário, de pedido de revisão e  
323 de vistas da minuta. Portanto, ele não vê problemas em criar o GT e trabalhar o mesmo  
324 para ser articulado com a Diretoria do IGAM e a Diretoria de Planejamento,  
325 encaminhando para o IGAM tudo o que for feito e o IGAM devolver. Porque se for feito  
326 como o conselheiro José Edilberto falou, corre o risco de chegar aqui e ter novas  
327 inserções e ter que voltar para o IGAM e assim criar um problema maior. Porque o  
328 IGAM vai ter que disponibilizar uma pessoa para fazer esta análise e é melhor que esta  
329 pessoa esteja junto acompanhando. O conselheiro José Edilberto concordou com o  
330 conselheiro Eduardo e perguntou se é possível o conselheiro João Luiz compartilhar o  
331 que ele vai colher da Raíssa, se já tem algum parecer do IGAM neste sentido e tudo é  
332 uma questão de ajustar a ordem e otimizar para que não se perca mais tempo. O  
333 conselheiro Eduardo voltou a falar que na diretoria do IGAM tem o pessoal da área de  
334 geologia, a Isadora por exemplo, que é colega da conselheira Ângela, que faz esta  
335 análise de águas subterrâneas, então provavelmente ela é que deve estar analisando  
336 junto com a Raíssa no CRH a DN de águas subterrâneas e por isto as informações do  
337 que estiver sendo discutido a nível estadual serão recebidas e ajustadas com o Comitê.  
338 O Presidente Rogério então abriu a votação e conselheira Ângela retomou a palavra e  
339 pediu que a mesa discriminasse exatamente o que seria votado, quais as propostas,  
340 pois para ela ficou confuso o que está acontecendo. O conselheiro Claudiomir propôs  
341 assumir a direção do GT. A conselheira Ângela propôs consultar o RI para verificar  
342 sobre a atribuição da criação de GTs e também os recursos necessários para  
343 contratação de consultor, caso seja necessário. Após várias sugestões, ficou decidido  
344 portanto que haveria mais duas opções na votação: encaminhar direto para o IGAM ou  
345 encaminhar para a CT e perguntou para a conselheira Ângela se desta forma estava  
346 clara a proposta da votação ao que ela respondeu que, como o titular do CREA estava  
347 presente, o voto seria dele. O conselheiro Eduardo lembrou que isto já foi suspenso no  
348 IGAM porque o Comitê ainda iria rever, que em novembro/2020 encaminharam e em  
349 dezembro/2020 pediram para não fazer a análise e portanto teria que ser feita a  
350 solicitação novamente. Todos os 20 (vinte) conselheiros presentes no momento da  
351 votação votaram a favor da criação do GT, sendo eles: Newton Eleutério, Eduardo,  
352 Juvenal, Priscila Magne, Giovanna, Rafaela, Sergio Luis, Renato Pizol, Fábio Zincone,  
353 Laene, Marcos Vinicius, Luiz Renato, José Edilberto, Kelly, Irineia, Ana Paula, Claudio  
354 Lima, João Luiz, Valnei e Claudiomir. Após o resultado da votação, passou-se a discutir  
355 o **Item III. Considerações acerca do acompanhamento do caso das denúncias de**  
356 **contaminação no corpo hídrico no município de Santa Rita de Caldas e da**  
357 **denúncia ao entorno da INB:** O convidado Luiz Antônio explicou sobre a rotina, os  
358 procedimentos e as melhorias que adotaram na fábrica após terem recebido as  
359 denúncias e disse que a indústria está trabalhando em conformidade com as leis  
360 ambientais e que fizeram todos os ajustes necessários para a regularização da mesma

361 conforme as orientações da FIEMG e da Polícia Ambiental, a qual elogiou bastante o  
362 trabalho de visitas e orientação ao pessoal e ao empresário no sentido de estar sempre  
363 buscando melhorias. Frisou novamente que a empresa está aberta a estas visitas e  
364 que apesar de ser uma micro empresa, possui o mesmo trabalho de uma empresa  
365 grande, nas devidas proporções. Novamente se colocou à disposição para prestar este  
366 bom serviço. O Presidente Rogério parabenizou a disponibilidade e transparência e  
367 pelo trabalho da conselheira Laene neste caso e passou a palavra à mesma que  
368 complementou a fala do Luiz Antônio e disse que o apoio da FIEMG não é o de fazer  
369 projeto técnico e de assinar pela empresa. Fazem a parte de acompanhamento da  
370 empresa, de verificação de legislação, de licenciamento, etc. então se colocaram à  
371 disposição da empresa para ajudá-los nesta regularização. Reforçou o comentário dele  
372 que a empresa se regularizou desde o último incidente. Então agora por parte da  
373 FIEMG, ela fará o acompanhamento também da empresa que solicitou a ajuda da  
374 FIEMG no último mês. O Presidente Rogério agradeceu a disponibilidade dele e da  
375 empresa e agradeceu também a conselheira Laene por ter auxiliado ambos os lados e  
376 disse que o Comitê está aberto para ouvir a todos. O conselheiro José Edilberto tomou  
377 a palavra e aconselhou o Luiz Antônio a estreitar as relações com os vizinhos da  
378 empresa, uma vez que estes são os principais fiscais do meio ambiente no arredor de  
379 suas casas e que é necessário manter um bom relacionamento com a vizinhança. Em  
380 sequência, foi colocado o caso da INB. Leandro apresentou os encaminhamentos feitos  
381 pela NARP a respeito do fato, falando que eles tiveram acesso a todos os processos  
382 que correm naquela promotoria apenas no começo deste ano e que enviaram o ofício  
383 010/2021 ao promotor de Santa Rita de Caldas, onde leu o conteúdo do mesmo:  
384 “Constatamos, com conhecimento da Secretaria, que os fatos ocorridos desde 2014,  
385 com aumento da mesma empresa no mesmo local, que existe um processo de número  
386 0015760 – 63.2016.8130592 nessa comarca. Segue anexo as fotos do processo, bem  
387 como todas as fotos da casa a partir do dia 21/08/2014, fotos estas iguais às fotos  
388 recentemente tiradas, com as mesmas imagens e no mesmo local. Foi também  
389 informado por essa promotoria ter havido uma outra denúncia contra a empresa do Sr.  
390 José Pereira Ribeiro, inquérito civil instaurado pela Promotoria 056214.000033-8, onde  
391 houve a celebração de um pacto, o que visivelmente não foi cumprido, senão os fatos  
392 não estariam acontecendo até os dias de hoje. No dia 18/09/2020, a NARP foi  
393 procurada pelo Sr. Paulo Fonseca, que é hoje proprietário do sítio anteriormente  
394 pertencente ao Sr. Mauro Fábio para denunciar os descartes de um volume de batatas  
395 Minas Fritas. Fomos chamados no local, fizemos as fotos, vimos as fotos e vídeos e  
396 encaminhamos à denúncia junto ao Comitê de bacia, o qual acionou a PM ambiental  
397 para apurar os fatos. Esta foi ao local e trouxe as devidas anotações e mostrou ao  
398 Comitê no dia 01/10/2020, onde constatou o descarte no rio e onde a empresa foi  
399 autuada. Passados alguns dias, voltou a nos procurar e informou mais duas  
400 sequências de descartes após essa vistoria. Por fim, no último dia 29/01, fomos mais

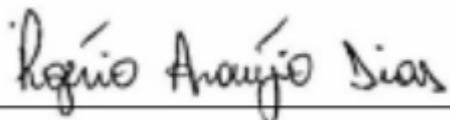
401 uma vez procurados pelo Sr. Paulo da Fonseca para reatar mais descarte no rio.  
402 Fomos ao local, tiramos a foto e fizemos vídeos. A NARP informou diretamente  
403 naquele momento pelo telefone à Polícia Militar Ambiental de Poços de Caldas, a qual  
404 seguiu mais uma vez para a verificação dos fatos. Aguardamos dessa Promotoria  
405 informações sobre os fatos acima elencados e aguardamos e estamos à disposição  
406 para qualquer esclarecimento dos fatos. Estamos à disposição todos envolvidos e  
407 moradores abaixo que relataram e sofreram e sofrem com o caso. Diante disso,  
408 elevamos nossos protestos de estima e apreço e aguardamos as próximas etapas.” A  
409 conselheira Ângela tomou a palavra e pontuou a análise enviada pela CNEN sobre a  
410 coleta de água, feita por uma moradora, e ressaltou que o papel com índices não quer  
411 dizer nada sobre aquele acontecimento. Voltou à proposta de reuniões anteriores,  
412 sobre o Comitê se organizar para incentivar a criação de um grupo de  
413 acompanhamento de pessoas que moram nos pontos críticos e arredores dos dois  
414 municípios citados (Santa Rita de Caldas e Caldas) e pediu que convidassem um  
415 técnico da CNEN para explicar quais os parâmetros foram analisados, o porquê foram  
416 analisados e quais os índices de admissibilidade dos mesmos. O Presidente Rogério  
417 pediu desculpas à Plenária por não ter convidado o técnico para esta reunião e Juvenal  
418 interveio que o passo mais simples seria o Comitê oficial à CNEM estas colocações  
419 que a conselheira Ângela fez. O conselheiro José Edilberto concordou com o  
420 conselheiro Juvenal e disse que temas como este são muito importantes para Poços de  
421 Caldas, que qualquer registro é válido. O Presidente Rogério disse que ia solicitar por  
422 ofício um calendário das reuniões ordinárias das CTs e dos GTs para  
423 acompanhamento deste caso, para ter esta abordagem e não acontecer de cair no  
424 esquecimento. O conselheiro José Edilberto reforçou que tem que ser dada a  
425 continuidade dos processos, apesar da mudança de gestão e pediu para solicitar ao  
426 conselheiro Paulo para enviar tudo que ele tem, todos os acompanhamentos e  
427 providências que foram tomadas. Ao final, o conselheiro José Edilberto propôs chamar  
428 o Fernando, gerente criador de desmobilização da INB, para ele atualizar o Comitê  
429 sobre todo o processo e para buscar no site da Pref. de Ouro Fino e incluir esta  
430 questão da análise. A conselheira Ângela concordou com as duas propostas, a do  
431 conselheiro José Edilberto e a do conselheiro Juvenal, de fazer o ofício. O conselheiro  
432 Juvenal complementou, sugerindo abrir uma pasta sobre este caso na INB com todos  
433 os documentos assinados e por escrito sobre a INB pois isto é muito mais efetivo do  
434 que apresentações que normalmente não ficam registradas. O conselheiro Valnei disse  
435 que o preocupante também é o impacto econômico que isto já está causando nesta  
436 área, pois muitos moradores já estão vendendo suas propriedades, profissionais tem  
437 recusado a morar ali, o que está causando enormes prejuízos financeiros. Então não é  
438 só a água que deve ser analisada, mas também outros produtos da região, como leite e  
439 carne, antes que isto provoque um impacto econômico geral. E que teria que ser feita  
440 uma ação conjunta com o Governo Federal, um envelopamento dos rejeitos, etc. A

441 conselheira Ângela parabenizou o conselheiro Valnei sobre a sua colocação, pois  
442 lembrou que estas questões que geram impacto econômico, são realmente  
443 importantes, que não é só a questão da água, mas de todo ciclo produtivo envolvido. O  
444 Presidente Rogério reiterou que vai enviar o ofício e convidar o representante da INB  
445 para fazer todos os questionamentos e também solicitou que, se alguém tiver algum  
446 material de estudo sobre isto, para passar para o GT. O conselheiro Valnei tomou a  
447 palavra e disse que percebe que a consciência da população já está elevada e a maior  
448 dificuldade que existe é a financeira mas que as pessoas envolvidas vão procurar  
449 assessoria nas universidades para coleta da água, do leite, da carne e logo eles vão  
450 começar a recusar produtos agrícolas e outros da região, o que reforça o grande  
451 impacto econômico. O Presidente Rogério agradeceu a participação e propôs passar  
452 para o próximo **Item IV - Questionamento sobre quais as análises de agrotóxicos**  
453 **são feitas na área de atuação deste Comitê de bacias Mogi-Pardo a respeito dos**  
454 **agrotóxicos** e pediu ao conselheiro José Edilberto para falar sobre este item. O  
455 conselheiro José Edilberto sugeriu deixar este item para a próxima reunião e por fim,  
456 devido ao horário, todos concordaram que seria melhor deixar este item e o **Item VI -**  
457 **Discussão sobre o Plano Diretor de Recursos Hídricos** também para a próxima  
458 reunião. Portanto, o Presidente Rogério convidou a conselheira Ângela para apresentar  
459 o seu trabalho sobre a cobrança e assim iniciou-se o **Item VIII - Assuntos Gerais:** o  
460 conselheiro Juvenal sugeriu que a conselheira Ângela enviasse o material para todos e  
461 a conselheira Laene lembrou que nada impede do Comitê fazer uma extraordinária  
462 para diminuir as pautas, já que as mesmas demandam muita discussão. O Presidente  
463 Rogério concordou e abordou outros assuntos extras do Comitê como a questão dos  
464 móveis que irão do Instituto Federal para a sala que foi cedida para o Comitê no prédio  
465 do IEF e também a questão das substituições de conselheiros devido à faltas nas  
466 reuniões, como é o caso da SEMAD, da Danone, do DMAE de Ouro Fino e do Corpo  
467 de Bombeiros, onde estão sendo enviados ofícios para notificar as entidades. Falou  
468 também sobre a reunião do FMCBH do dia 10/02/2021 onde está sendo revisada a DN  
469 52 e será necessário reformular o RI do Comitê, após a reformulação da DN 52 para  
470 readequar. A conselheira Laene lembrou que a intenção é votar esta DN52, alterar o RI  
471 antes da próxima eleição que é em junho/2021. Mas que ainda tem três Plenárias para  
472 passar e só depois será analisado. O Presidente Rogério lembrou que isto seria  
473 trabalho para um outro GT com o apoio do IGAM. O Presidente também lembrou o  
474 resultado da avaliação do Comitê, das respostas da auto avaliação que foram enviadas  
475 para todos em dezembro/2020. O conselheiro José Edilberto refletiu que a média de  
476 3.15 não reflete a realidade do Comitê pois não foi levado em consideração o volume  
477 de trabalho e as grandes responsabilidades do Comitê. E pediu mais engajamento e  
478 envolvimento de todos nesta questão. Logo após, a conselheira Ângela iniciou a sua  
479 apresentação com a DN 66 de 2020 que mexe muito com as estruturas das bacias  
480 hidrográficas, e falou sobre as unidades estratégicas de gestão (UEG) que são regiões

481 hidrográficas com características comuns ou similares de usos, demandas para os fins  
482 de gestão. E frisou a importância de entender sobre o planejamento de gestão e a  
483 questão da cobrança. Disse que todos os instrumentos de gestão terão critérios  
484 regionalizados considerando estas unidades. Então estas UEG são subdivididas em  
485 circunscrições hidrográficas, que são as antigas unidades de planejamento, o que  
486 significa que teremos mais um Comitê de bacia dentro da nossa UEG. Lembra que  
487 antes de constituir uma cobrança, esta cobrança poderá estar generalizada para toda  
488 esta UEG. Este planejamento será todo dirigido e considerado para as questões dos  
489 instrumentos de gestão que seriam cobrança, outorga e os demais. Falou também  
490 sobre o curso de capacitação online oferecido pelo IGAM e ofereceu a apostila para  
491 quem tiver interesse. O próximo item foi o Decreto nº 47860, no qual pontuou que a  
492 cobrança pelos recursos hídricos possui natureza jurídica de interesse público, mas  
493 que o fato gerador é uso outorgado da água. A cobrança vai se basear em cima do  
494 instrumento de gestão que é a outorga. Lembrou sobre o lançamento de corpos de  
495 água e demais efluentes líquidos e gasosos, potenciais hidrelétricos e tudo que  
496 depende de alguma regulamentação. Destacou que o Conselho Estadual estabelecerá  
497 no prazo de um ano (vencendo dia 07/02/2021) as diretrizes gerais para a metodologia  
498 de cálculo e a fixação de preços a serem adotados nas bacias hidrográficas de rios do  
499 domínio do estado e acordo com a lei 13199. No nosso caso os principais rios são  
500 federais, o Mogi-Guaçu, o Pardo, o Lambari, o Guaxupé. Então esta cobrança será  
501 feita pela União e deve estar fora do nosso orçamento. O Conselho Estadual vai  
502 publicar normas e metodologias para só então, depois de um ano, podermos enviar  
503 uma proposta para a agência de cobrança e também uma proposta para a agência de  
504 bacia hidrográfica. Então tem que se ficar atento à estas normas. Falou um pouco  
505 sobre o programa 7.1. do Plano Diretor que oferece propostas de agência para bacia,  
506 que terão duas propostas de arranjo institucional. Então não adianta enviar uma  
507 proposta de cobrança se não tem uma proposta de agência. Sendo um modelo federal  
508 ou uma agência estadual, ambos com seus escritórios em todas as circunscrições  
509 hidrográficas. Em relação aos cálculos do IGAM realizados em 2010, a conselheira  
510 Ângela seguindo a apresentação de slides, explica que o valor de R\$90.783,00 é  
511 referente à arrecadação e disponível o valor de R\$7.565,00 mensalmente a fim de  
512 manter a agência, o que é inviável, ainda que seja considerada toda a bacia, pois ainda  
513 assim o recurso ficaria muito limitado, uma vez que a agência deve ter técnicos,  
514 estrutura complexa que atenda a parte administrativa, jurídica, entre outras. Logo, para  
515 ela, é necessário que tenha uma agência que tenha o maior número possível de outros  
516 Comitês ou de outras circunscrições hidrográficas a fim de proporcionar o devido  
517 suporte para a criação da agência. Diante do exposto, a conselheira Ângela descarta a  
518 proposta de ter apenas uma agência para o Comitê de Bacia Mogi/Pardo. Ainda em  
519 seu momento de fala, a conselheira Ângela defende que é necessário fazer uso das  
520 CTs, sendo necessário primeiramente estudar o Plano Diretor, e posteriormente

521 esperar o Conselho Estadual dar continuidade. Abordou ainda que o instrumento de  
522 cobrança está ligado à outorga e que deve-se respeitar as instâncias. Em relação à  
523 cobrança, será encaminhada para a CT de Outorga, após para a CT do Meio Ambiente  
524 e após para a Plenária, e pediu para o conselheiro Eduardo pontuar sobre a questão de  
525 datas. E ainda lembrou que o instrumento de cobrança está ligado a outorga. E que  
526 assuntos de Comitê devem ser tratados no Comitê, através das câmaras, para só  
527 depois de esgotadas as possibilidades, criar um GT. Por fim ela agradeceu e disse que  
528 isto foi só uma introdução. O Presidente Rogério lembrou que a vantagem do GT seria  
529 envolver outras pessoas no processo. O conselheiro Eduardo respondeu dizendo que  
530 as questões de cobranças apresentadas pela conselheira Ângela são questões  
531 vivenciadas em todo o país, não sendo um problema enfrentado apenas pelo estado de  
532 Minas Gerais. Que há um bom embasamento técnico e político desta situação para  
533 encaminhar ao Comitê, razão pela qual o processo está sendo feito com todos os  
534 Comitês juntos. Que a questão relacionada à UEG trata-se de uma questão do Estado,  
535 não exclusivamente do Comitê, cabendo ao Estado planejar e olhar para as regiões e  
536 macro regiões de bacias. O conselheiro Eduardo finaliza a sua fala dizendo que já  
537 existe encaminhamento do que foi discutido na cobrança para todos os GTs e para as  
538 CTs de Outorga de Comitês para que estes comecem juntos e pediu para a conselheira  
539 Laene falar sobre isto. A conselheira Laene lembrou que a ideia é que Robson do  
540 IGAM capacite todas as CTs de Outorga e comece a discussão dentro desta. A mesma  
541 se propõe a levar o material com o conteúdo discutido neste grupo de trabalho, para  
542 conhecimento da CT, e a partir disto, a CT possa trabalhar com mais informações; que  
543 o material já foi discutido no Conselho Estadual e este já possui algumas diretrizes  
544 sobre a forma de cobrança e as fórmulas (que possuem muitas variantes, o que  
545 dificulta na hora de fazer os cálculos); que o PJ não entra na questão das cobranças,  
546 uma vez que já tem a sua própria, não entrando na questão da bacia, ainda que seja  
547 agência de bacia comunitária. A conselheira Ângela diz que os conselheiros escolhidos  
548 para representar não apresentaram nenhum relatório ou comunicação a este Comitê,  
549 logo, quer que haja um representante que além de representar, os relate sobre  
550 questões como os prazos, por exemplo. Ainda em sua fala, levanta a questão que o  
551 Plano Diretor possui duas alternativas que podem ser consideradas. Sendo o tema de  
552 agência, relacionado à cobrança, uma vez que se não houver dinheiro para sustentar  
553 uma agência, é inviável ter um monitoramento, que também dependem do recurso. Por  
554 fim, agradeceu a conselheira Laene pela disposição e pontuou que não é correto o  
555 representante escolhido não reportar. O Plano Diretor já teria que ser revisto, mas ele  
556 depende de cobrança. E reforça que o Estado pode ter outra proposta de agência. O  
557 conselheiro Eduardo diz que as coisas estão acontecendo de fato, mas que não mudou  
558 muito a situação na bacia, pois o plano tem mais ou menos 20 anos de vida útil e o  
559 nosso está na metade do tempo e a previsão é que seja feita a revisão de 4 em 4 ou de  
560 5 em 5 anos. Então a cobrança deve vir nos mesmos moldes e já houve um avanço

561 nestes 15 anos de fórmulas, de compreensão do processo sócio econômico, ambiental,  
562 da sustentabilidade econômica da agência e com certeza estamos chegando muito  
563 bem amparados e o IGAM vai convocar a Câmara Técnica para capacitação e só não  
564 se pode perder de vista e de prazo de recompor quem está representando o Comitê  
565 dentro do GT de cobrança. O conselheiro Juvenal sugeriu que semanalmente a  
566 diretoria deve se reunir, passar prioridades, delegar as tarefas a quem é de direito,  
567 câmaras e GT para não acumular. Que já deu para ver que tem muitas frentes, pessoal  
568 sendo capacitado, os conselheiros Laene, José Edilberto e Ângela participam das  
569 questões do Grande, e que devemos verificar a questão da composição do Comitê, o  
570 RI, estrutura e desempenhar estas novas tarefas. Agradeceu a conselheira Ângela por  
571 ter levantando esta questão. Por fim, o Presidente Rogério pediu a conselheira Laene  
572 para encaminhar o material para a CT e disse que vai marcar a primeira reunião da CT  
573 e independente disto, que vamos voltar a falar deste assunto com mais informações e  
574 mais tempo. Nada mais havendo a tratar, a 1ª Reunião Ordinária do ano de 2021 do  
575 CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 13h30min.



Rogério Araújo Dias

Presidente CBH – GD6